

CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA - RJ

Termo de Referência 18/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
18/2025	389455-CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA - RJ	DANIEL MELO JACQUES	12/09/2025 10:06 (v 0.9)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	25/2025	34/2025

1. Definição do objeto

Monitoramento de CFTV e alarme.

1.1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1.1. Contratação de empresa para prestação de serviço de monitoramento remoto e eletrônico de CFTV e alarme, com monitoramento 24 horas por dia, todos os dias, com fornecimento e manutenção dos equipamentos, acessórios e periféricos em regime de comodato para o CRF-RJ, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1.1. Tabela:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO
1	1	Prestação de serviço continuado de monitoramento remoto eletrônico de CFTV, compreendendo a sua instalação, monitoração 24 horas, todos os dias, com fornecimento e manutenção dos equipamentos, acessórios e periféricos em regime de comodato, para as unidades do CRFRJ	21660	SERVIÇO	1	R\$ 286.560,00
1	2	Prestação de serviço continuado de monitoramento remoto eletrônico de alarme, compreendendo a sua instalação, monitoração 24 horas, todos os dias, com fornecimento e manutenção dos equipamentos, acessórios e periféricos em regime de comodato, para a Sede do CRF-RJ	14826	SERVIÇO	1	R\$ 52.470,00
TOTAL						R\$ 339.030,00

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses (1 ano) contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que o objetivo é garantir a segurança das pessoas e bens públicos nos imóveis de propriedade e locados pelo CRF-RJ, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar;

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. A empresa será selecionada pelo menor preço por grupo;

1.7. **INSTALAÇÃO - PAGO POR ESCOPO:** refere-se ao serviço de instalação com ART incluindo o fornecimento de materiais e **TREINAMENTO** do usuário na conclusão, cuja realização se dá no início da contratação, não sendo objeto das eventuais e futuras prorrogações;

1.8. **VALOR FIXO MENSAL:** refere-se ao serviço de monitoramento remoto eletrônico de alarme e CFTV, incluindo o pronto atendimento quando necessário, manutenções e comodato dos equipamentos;

1.9. Toda a manutenção, incluindo peças, substituição de equipamentos e serviços são de responsabilidade da contratada, sem nenhum custo para contratante;

1.10. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de prestação de serviço de monitoramento remoto eletrônico de alarme e CFTV: CATSER 21660 (Monitoramento de Circuito Fechado de TV);

1.11. O código CATSER do item é: Item: 14826 - serviço. (Descrição: Instalação, manutenção, monitorização - sistema alarme, segurança);

1.12. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global;

1.13. Planilha de formação de preços (CFTV):

LOCAL	Instalação (cota única)	Manutenção (total para 12 meses)
SEDE		
NOVA SEDE		
B. Mansa		
D. Caxias		
Campo Grande		
Niterói		
Cabo Frio		
N. Friburgo		
Campos		
Itaperuna		
N. Iguaçu		
Total Anual		

1.14. Planilha de formação de preços (Alarme):

LOCAL	Instalação (cota única)	Manutenção (total para 12 meses)
SEDE		
NOVA SEDE		
B. Mansa		
D. Caxias		
Campo Grande		
Niterói		
Cabo Frio		
N. Friburgo		
Campos		
Itaperuna		
N. Iguaçu		
Total Anual		

1.15. São partes integrantes deste Termo de Referência:

1.15.1. Anexo I - ETP;

1.15.2. Anexo II - IMR;

2. Fundamentação da contratação

2.1. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (Descrição da necessidade), apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025 e encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento), apêndice deste Termo de Referência.

3. Descrição da solução

3.1. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (6. Descrição da solução como um todo e 7. Estimativa das quantidades a serem contratadas), apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4.1. A contratação enquadra-se na classificação de serviços comuns, nos termos do artigo, 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133/2021, uma vez possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

4.2. A prestação desse serviço será realizada por meio de locação e instalação de equipamentos de circuito fechado de televisão, conforme especificação, incluindo toda infraestrutura necessária, a manutenção preventiva e corretiva do sistema;

4.2.1. Todos os equipamentos oferecidos devem estar de acordo a norma ABNT NBR IEC 62676-1-1 e posteriores.

4.3. Para fins do disposto no §2º, art. 19 da Lei nº 14.133/2021, justificamos que os serviços objeto desta contratação não fazem parte atualmente do Catálogo Eletrônico de Padronização do Governo Federal, sendo este o motivo de sua não utilização.

4.4. A execução dos serviços deverá obedecer os padrões mínimos de qualidade e desempenho previstos neste estudo e Termo de Referência, bem como às disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações pertinentes, no que couber.

4.5. Não haverá necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas pela atual prestadora de serviços;

4.6. A CONTRATADA deverá aceitar eventual alteração do local da instalação e/ou da prestação de serviços, desde que no mesmo Estado, e que seja comunicada formalmente pelo CONTRATANTE, com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência, não incidindo quaisquer despesas;

4.7. A CONTRATADA deverá manter em sigilo, sob as penalidades da lei, dados e informações de propriedade do CONTRATANTE, a menos que expressamente autorizada a divulgação por escrito;

4.8. Não será permitida subcontratação;

4.9 Os serviços de instalação, bem como aqueles de infraestrutura eventualmente necessários, serão executados pela CONTRATADA, incluindo todo e qualquer material necessário para a completa instalação dos equipamentos (deverão ser considerados fornecimento de Switch, links de dados, no break parra as salas técnicas e no centro de segurança para suportarem o sistema de CFTV em caso de falta de energia, cabeamento (CAT6) e conectores para o pleno funcionamento do sistema) , bem como transporte de materiais e pessoal, serviços de tubulação, cabeamento de primeira linha e obedecendo aos padrões existentes de cabeamento, identificação e adaptação de instalações elétricas, interligando os pontos de instalação a serem ativados.

Sustentabilidade:

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:
- Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010 – Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
 - IN SLTI/MPOG n. 1º, de 19 de janeiro 2010 – Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de obras pela Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências;
 - NBR 10152 da ABNT – Regulamenta os níveis de ruído compatíveis com o conforto acústico em ambientes de diversos tipos.
- 4.2. Ademais, elencamos abaixo legislação adicional que regulamenta a matéria, para observância pela contratada:
- Decreto 6.514 de 22/7/2008 e Decreto 6.686 de 10/12/2008 – Dispõem sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente;
 - Lei n. 10.295, de 17 de outubro de 2001 - Dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia, e dá outras providências;
 - IN SLTI/MPOG n. 01, de 19 de janeiro de 2010 - Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.

Subcontratação

4.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

VISTORIA

- 4.5. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 10:00 horas às 16:00 horas;
- 4.5.1. O agendamento ser efetuado previamente através dos telefones e contatos indicados. Eventuais dúvidas técnicas podem ser esclarecidas pelo telefone (21) 3872-9216 / 9218 ou e-mail licitacao@crf-rj.org.br;
- 4.6. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante deverá obrigatoriamente realizar vistoria nas Unidades mais representativas. Trata-se das unidades SEDE, Nova SEDE, Seccional da Baixada Fluminense e Serrana (Duque de Caxias), Seccional da Região Metropolitana (Niterói);
- 4.6.1. Para as demais Unidades a vistoria é facultativa, podendo ser agendada da mesma forma;
- 4.7. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia;
- 4.8. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 4.8.1. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública;
- 4.17. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 4.18. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. Modelo de execução do objeto

5.1. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

5.1.1. A execução do objeto seguirá a dinâmica estabelecida abaixo. Seguem os endereços das unidades do CRF-RJ que serão atendidas:

Local	Endereço
-------	----------

SEDE	Rua Afonso Pena, 115, Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.270-244
NOVA SEDE	Praça Tiradentes, 50 (entrada 1) / Rua Luiz de Camões, 59 (entrada 2), Centro, Rio de Janeiro /RJ, CEP 20.060-070
Seccional Região Centro-Sul Fluminense	Rua Francisco Vilela de Andrade Neto, nº 44, salas 803, Centro, Barra Mansa, RJ - CEP 27.330-590
Seccional da Região dos Lagos	Rua José Bonifácio, nº 61, sala 205, Centro, Cabo Frio, RJ - CEP 28.907-110
Seccional da Zona Oeste e Costa Verde	Avenida Maria Teresa, nº 260, sala 630, bloco 2, no Edifício Plaza Office, Campo Grande, RJ - CEP 23.050-160
Seccional da Região Norte Fluminense	Rua Marechal Deodoro, nº 126, salas 03 e 04, Centro, Campos dos Goytacazes, RJ - CEP 28.010-280
Seccional da Baixada Fluminense e Serrana	Rua Passo da Pátria, nº 120, Jardim 25 de Agosto, salas 305 e 306, Duque de Caxias, RJ - CEP 25.071-220
Seccional do Noroeste Fluminense	Rua Major Porfírio Henriques, nº 240, sala 201, Centro, Itaperuna, RJ - CEP 28.300-000
Seccional da Região Metropolitana	Rua Maestro Felício Toledo, nº 500, sala 1103, Centro, Niterói, RJ - CEP 24.030-107
Seccional da Baixada Fluminense	Rua Otávio Tarquínio, nº 410, sala 909, Centro de Nova Iguaçu, RJ - CEP 26.210-172
Seccional da Região Serrana	Rua Portugal, nº 40, 1º andar, salas 101 a 103, Centro, Nova Friburgo, RJ - CEP 28.610-135

5.2. O prazo para início da execução do objeto a partir da assinatura do contrato, do aceite, da retirada do instrumento equivalente ou da ordem de serviços é de 30 dias corridos;

5.3. O serviço consistirá no recebimento, análise, processamento e ações reativas, a partir dos dados dos eventos provenientes das centrais de alarme e das câmeras (CFTV);

5.4. No rol das ações reativas devem ser contempladas a tomada de providências conforme a natureza dos eventos recebidos:

- a) Recebimento e análise do evento;
- b) Ações de contato com o fiscal técnico da unidade, ou ainda o atendimento de pronta resposta (atendimento tático);
- c) Deslocamento imediato, com chegada ao local em no máximo 15 minutos a partir do disparo do alarme.
- d) A Equipe será formada por monitores de sistemas eletrônicos de segurança externos.
- e) Não vigilantes patrimoniais; sem uso de coletes à prova de balas e não portando armas de fogo;
- f) A atribuição da Equipe será realizar a primeira avaliação no local do disparo do alarme;
- g) Ao identificar qualquer sinal de violação do prédio ou fato suspeito, a CONTRATADA deverá imediatamente acionar a autoridade policial e colaborar com informações relacionadas ao evento.

5.4.1. Os sistemas de alarme e CFTV devem estar vinculados entre si;

- a) A partir da chegada da informação de que determinado sensor de alarme foi disparado:
 - a.1) A CONTRATADA deverá identificar do real motivo causador do disparo (evento) através da análise retroativa das imagens da câmera vinculada à zona que foi violada e originou o evento;
 - a.2) Esta ação deverá ser realizada pela equipe de retaguarda da empresa;

5.4.2. O sistema de alarme deve prever, além de sensores de presença e/ou de barreira em número adequado para cada instalação;

- a) 1 botão fixo de pânico silencioso para cada unidade do CRF-RJ (podendo ser através do teclado), e;
- b) 2 controles remotos com a mesma função.
 - b.1) Quando acionado o botão de pânico, a ação reativa deverá ser o atendimento de pronta resposta (atendimento tático);
 - b.2) Todas as ocorrências que demandem atendimento de pronta resposta (atendimento tático), atendimento técnico (ordens de serviço) ou atendimento às ações remotas de arme e desarme do sistema de alarme fora da rotina prevista devem ser imediatamente comunicadas ao fiscal técnico da unidade através de e-mail ou push no app de uso do fiscal técnico
 - b.3) As imagens (diárias) devem ser armazenadas nos gravadores digitais de vídeo (DVR's) fornecidos pela contratada e instalados no local, porém todas as imagens geradas a partir dos eventos provocados pelo sistema de alarme devem ser gravadas remotamente pela empresa de monitoramento e devem estar disponíveis para a CONTRATANTE por pelo menos 30 dias.

- b.4) A CONTRATADA deverá prever o fornecimento de redundância dos serviços dos sistemas;
- 5.4.3. A contratada deve demonstrar, sempre que solicitado, a forma como controla a gestão dos eventos de alarme, como monitora e supervisiona a ação do atendimento de pronta resposta e como garante efetivamente que o atendimento foi realizado, com as devidas evidências e comprovações.
- 5.4.4.. Empregados Públicos autorizados deverão receber treinamento pela CONTRATADA, sobre o funcionamento do sistema de alarme e CFTV, ocasião em que deverá ser apresentado o manual de procedimento com a descrição de como ocorrem os atendimentos a cada um dos possíveis eventos de alarme;
- 5.4.5. O sistema deverá oferecer programação para ativação automática, em caso de esquecimento da ativação do sistema manualmente, e também ser capaz de ser ativado ou desativado remotamente;
- 5.4.6. Manualmente, o sistema de alarme deverá ser ativado e desativado através de teclado e também através de controle remoto. A função pânico silencioso poderá ser programada nesses dois dispositivos;
- 5.4.7. A CONTRATADA deverá realizar o controle de acesso aos sistemas por usuário, com indicação de data e hora, para possibilitar um efetivo controle das pessoas que acessam os locais monitorados e armam e desarmam de forma independente, agindo diretamente na operação dos sistemas de alarme e CFTV;
- 5.4.8. A CONTRATADA deverá ser responsável por qualquer tipo de manutenção, prestando o atendimento técnico por defeito no sistema de alarme e CFTV, dando garantia de todos os equipamentos, realizando as imediatas substituições, quando necessário
- 5.4.9. A CONTRATADA deverá realizar rondas virtuais pelo sistema de câmeras ao menos duas vezes ao dia com objetivo de identificar alterações nas câmeras como ausência de imagem, imagem desfocada, lente "suja", ângulo ou posição da câmera alterados em relação à instalação inicial. A qualquer identificação de uma destas situações, uma ação de verificação "in loco" através de ordem de serviço deve ser efetuada.
- 5.4.10. Os eventos de status de sistemas tais como queda de energia elétrica, falha de bateria ou outra disfunção considerada como falhas devem provocar ação reativa compatível com o tipo de falha.
- a) Caso necessário, deverá ser prestado atendimento mediante a abertura de uma Ordem de Serviço;
- a.1) A Ordem de Serviço deve conter, além dos dados da ocorrência, o atesto de recebimento e a assinatura do responsável do local;
- b) Eventual queda de energia elétrica, provocada por uma ação conhecida (por exemplo, manutenção da concessionária de energia elétrica) pode ser apenas registrada pelo operador remoto no sistema, sem necessidade de abertura de uma Ordem de Serviço;
- 5.4.11. Além do autodiagnostico do sistema, deverá ser realizada manutenção preventiva no local, a cada 3 meses e por equipe habilitada e qualificada;
- 5.4.12. Todas as informações de eventos de natureza operacional devem estar disponíveis para acesso pelo fiscal técnico da unidade a qualquer momento, via sistema em plataforma web ou app.
- a) As estatísticas dos atendimentos realizados, com a indicação do tempo de retorno, devem ser demonstradas sempre que solicitado;
- 5.4.13. A Contratada deverá apresentar mensalmente, por escrito, acompanhando a Nota Fiscal, um relatório de todos os eventos que ocorrerem durante o mês.

Materiais a serem disponibilizados

5.5. Deverão ser disponibilizados em regime de COMODATO e instalados pela Contratada, no mínimo, os seguintes equipamentos, sendo promovida a imediata substituição de qualquer deles quando necessário:

a) Tabela A:

Serviço	Equipamento	SEDE	N. SEDE	B. Mansa	C. Frio	C. Grande	Campos	D. Caxias	Itaperuna	Niterói	N. Friburgo	N. Iguaçu
Alarme	CENTRAL ref. ACTIVE 100 BUS ou similar, com sistema de GPRS + RECEPTOR + 3 SIRENES + 2 TECLADOS (c/ fç PÂNICO)	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Alarme	CONTROL E REMOTO ref. 433MHZTX-4R V2 ou similar	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Alarme	SENSORES PASSIVOS INTERNOS ref. LZ- 500 ou similar	2	11	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	SENSORES PASSIVOS											

Alarme	c/ função PET ref. DUAL TEC-550 ou similar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Alarme	SENSORES PASSIVOS EXTERNOS ref. DSE- 830 ou similar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Alarme	BATERIA ref. 12MVA-7 ou similar + FONTE AUXILIAR CHAVEADA 12V-A2	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0

b) Tabela B:

Serviço	Equipamento	SEDE	N. SEDE	B. Mansa	C. Frio	C. Grande	Campos	D. Caxias	Itaperuna	Niterói	N. Friburgo	N. Iguaçu
CFTV	DVR 8 CANAIS ref. MTR8A10 80L ou similar + HD 2TB	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1
CFTV	DVR 16 CANAIS ref. MTR16A1 080L ou similar + HD 4TB	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CFTV	CÂMERA DOME HD ref. MTD202P ou similar + FONTE 12V-A,5A (uso interno)	0	0	2	2	2	2	2	2	2	2	2
CFTV	CÂMERA BULLET HD ref. VHD 3230 B G6 ou similar + FONTE 12V-A,5A (uso externo)	4	26	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CFTV	NO-BREAK 2.200VA ref. TShara, autonomia estendida	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
CFTV	RACK 8U X 570mm + BANDEJA + PORCA GAIOLA	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
CFTV	MONITOR LED DE VIDEO 19,5"	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
CFTV	MÓDULO DE GRAVAÇÃO ref. Intelbras Multi HD da série 1000	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0

5.6. Especificações mínimas dos equipamentos fornecidos em COMODATO:

5.6.1. CENTRAL ref. ACTIVE 100 BUS ou similar:

- Suportar até 99 zonas (6 zonas duplas na placa, 1 zona por teclado, zonas de barramento e zonas sem fio);
- Incluir teclado LCD com ou sem fio;
- Incluir módulo GPRS;
- Incluir receptor compatível com a central ou necessidade;
- Incluir 2 sirenes;
- Até 16 partições reais, podendo assim monitorar 16 locais com características diferentes;
- Uma saída PGM com relé;
- Acesso remoto via aplicativo celular;
- Capacidade de 1000 eventos em buffer;
- Capacidade para conexão de até 4 ou mais teclados;
- Sistema de verificação de sabotagem da fiação dos sensores e dos dispositivos do barramento (teclados e receptores);
- Autoativação programável por inatividade ou agendada por horário;
- Detecção de bateria baixa, ausente, invertida e/ou em curto;
- Detecção de sobrecarga na saída auxiliar;
- Detecção de curto e corte da sirene;
- Monitora saída auxiliar, sirene, bateria, teclados e linha telefônica;
- Discadora para 8 números telefônicos (2 para monitoramento, 1 para download e 5 para telefones pessoais) com função arme /desarme via telefone;
- Frequência de operação dos dispositivos sem fio (Hopping code ou Rolling code): 433,92MHz;
- Reportagem normal única, dupla e tripla;
- Suportar até 99 usuários;
- Sistema de zona inteligente programável (evita falsos disparos);
- Carregador de bateria integrado;
- 2 saídas PGM programáveis;
- Bloqueio de reset;

- Capacidade para configuração de Zona 24 h;
- Função de incêndio;
- Função Anunciador de presença por zona (chime);
- Função Pânico e Pânico médico pelo teclado;
- Tempo de entrada e saída programáveis;
- Tempo de sirene programável em minutos;
- Desabilitação de sinalização no arme/desarme (bipe);
- Visualização em tempo real do status da central e controle das operações (ativação, desativação, etc.);
- Suportar expansor de controle remoto e sensores sem fio;
- Integração com eletrificador;
- Programação via cabo programador ou ethernet;
- Fusível para proteção da rede elétrica.

5.6.2. CONTROLE REMOTO ref. 433MHZ-TX-4R V2 ou similar

- Ser do tipo chaveiro;
- Três teclas independentes;
- Deve possuir frequência compatível com receptor da central de alarme;
- Acompanhar de bateria/pilha;
- Possuir alcance de no mínimo 80m.

5.6.3. SENSOR PASSIVO INTERNO ref. LZ-500 ou similar

- Função PET, imune a animais de até 20kg;
- Sensor de duplo elemento piroelétrico;
- Três níveis de sensibilidade do piroelétrico;
- Alcance mínimo de 12 metros;
- Ângulo de detecção de 115°;
- Possuir proteção de violação da caixa (tamper);
- Compensação de temperatura;
- Deve ser compatível com a Central de Alarme.

5.6.4. SENSOR PASSIVO c/ função PET ref. DUAL TEC-550 ou similar

- Função PET, imune a animais de até 30kg;
- Duas tecnologias diferentes de detecção, sendo uma por sensor de microondas e outra por sensor piroelétrico com quatro elementos;
- Frequência de operação em um canal de 10.525Ghz no sensor de microondas com ajuste de sensibilidade;
- Três níveis de sensibilidade do piroelétrico;
- Alcance mínimo de 15 metros;
- Ângulo de detecção de 90°;
- Possuir proteção de violação da caixa (tamper);
- Deve ser compatível com a Central de Alarme.

5.6.5. SENSOR PASSIVO EXTERNO ref. DSE-830 ou similar

- Função PET, imune a animais de até 30kg;
- Dois canais com sensor piro digital com duplo elemento;
- Sensor por microondas com um canal de 10.525Ghz;
- Ajuste de níveis de sensibilidade para ambos sensores;
- Alcance mínimo de 14 metros;
- Ângulo de detecção de 90°;
- Possuir proteção de violação da caixa (tamper);
- Função anti-mascaramento (detecção de bloqueio ou obstrução do sensor);
- Deve ser compatível com a Central de Alarme;
- Deve permitir a instalação em ambientes externos.

5.6.6. BATERIA ref. 12MVA-7 ou similar

- VRLA, livre de manutenção;
- Deve ser específica para sistemas de alarme;
- Possuir 12V 7Ah;
- Resistência interna de no mínimo 30m;
- Corrente de recarga máxima em 2,1A.

5.6.7. DVR 8 CANAIS ref. MTR08A1080L ou similar

- Com inclusão de HD 2TB do tipo "Surveillance";

- Possuir 8 canais de vídeo BNC;
- Possibilidade de conexão com Câmeras (TVI/AHD/CVI/Analógico);
- Conexão via cabo coaxial ou UTP a longa distância;
- DDNS;
- Espaço para 01 HD com capacidade de até 4TB;
- Resolução de até 1920x1080p em saídas de HDMI e VGA;
- Reprodução inteligente para maior eficiência de informações;
- Resolução de gravação: 1080 LITE, 720P, WD1;
- Taxa De Quadros: No mínimo 15fps tempo real;
- Video Bit Rate: 768Kbps - 4Mbps;
- Suporte a vídeo e áudio;
- Uma entrada e uma saída de áudio RCA;
- Suportar fluxo dual para áudio;
- Reprodução simultânea de até 8 canais;
- Tipo de Interface: 1 Interface SATA;
- Interface de Rede: 1 RJ45 10M / 100M (conforme necessidade de velocidade);
- 2 interfaces USB 2.0
- Fonte de alimentação com entrada 127/220V e saída 12VCC;
- Temperatura de trabalho: -10 ° C ~ 50 ° C;
- Imagens em HD Alta Definição;
- Instalação Híbrida = possibilidade de instalação de câmeras HD junto com câmeras que não são HD;
- Visualização de imagens já gravadas ou em tempo real por acesso remoto pelo computador ou celular (iOS e Android);
- Compressão de vídeo: H.264.

5.6.8. DVR 16 CANAIS ref. MTR16A1080L ou similar

- Com inclusão HD 4TB do tipo “Surveillance”;
- Possuir 16 canais de vídeo BNC;
- Para demais especificações mínimas, idem item anterior (9.3.2.6) Câmera Tipo Dome Infra Red;
- Material: plástico;
- Resolução: 2 Megapixel 1080p;
- Pixels efetivos: 1920(H) x1080 (V);
- Sensor de imagem: 1/2.9” CMOS;
- Sistema de vídeo: NTSC;
- Razão de sinal: 52 dB;
- Alcance do infravermelho: 20m inteligente;
- Índice de Proteção (IP): IP66;
- Tecnologia compatível: AHD / TVI / CVI / CVBS;
- Tempo do obturador: 1 / 60S - 1 / 100000S;
- Lente abertura: 2,8mm ou 3.6mm;
- Montagem de lente: M12;
- Modo Day&Night com ICR;
- Taxa de quadro por segundo: 25fps ou superior;
- WDR Digital;
- Compensação de luz BLC;
- Ajuste para qualquer ângulo.

5.6.9. CÂMERA DOME HD ref. MTD202P ou similar

- Câmera Tipo Dome Infra Red;
- Material: plástico;
- Resolução: 2 Megapixel 1080p
- Pixels efetivos: 1920(H) x1080 (V);
- Sensor de imagem: 1/2.9” CMOS;
- Sistema de vídeo: NTSC;
- Razão de sinal: 52 dB;
- Alcance do infravermelho: 20m inteligente;
- Índice de Proteção (IP): IP66;
- Tecnologia compatível: AHD / TVI / CVI / CVBS;
- Tempo do obturador: 1 / 60S - 1 / 100000S;
- Lente abertura: 2,8mm ou 3.6mm;
- Montagem de lente: M12;
- Modo Day&Night com ICR;
- Taxa de quadro por segundo: 25fps ou superior;
- WDR Digital;
- Compensação de luz BLC;
- Ajuste para qualquer ângulo.

5.6.10. CÂMERA BULLET HD ref. MTB202M ou similar

- Câmera Tipo Bullet Infra Red;
- Material: metal;
- Para demais especificações mínimas, idem item anterior (7.3.2.8.).

5.6.11. NO-BREAK 600VA – autonomia estendida

- Tensão de Entrada: Bivolt automático;
- Tensão de Saída: 115/120V;
- Potência: 600VA/300W;
- Baterias 1x7Ah com tensão de operação de 12V;
- Baterias seladas VRLA de chumbo-ácida e livre de manutenção;
- Possuir no mínimo 4 tomadas NBR 14136;
- Função True RMS com melhor qualidade na regulação de saída;
- Possuir proteção contra sobrecarga e curto com circuito no inversor;
- Possuir proteção contra descarga profunda de bateria;
- Possuir proteção contra surtos de tensão através de filtro de linha;
- Possuir porta-fusível de proteção AC com unidade reserva;
- Possuir gabinete antichama metálico com pintura epóxi;
- Possuir alarmes visuais e auditivos.

5.6.12. RACK 8U x 570mm + BANDEJA + PORCA GAIOLA;

5.6.13. MONITOR LED DE VÍDEO 19,5";

5.6.14. MÓDULO DE GRAVAÇÃO ref. Intelbras Multi HD da série 1000

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021).

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.8. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

1. Aviso de finalização da prestação do serviço com no mínimo 90 dias de antecedência;
2. Entrega das mídias com as gravações câmeras dos últimos 30 dias anteriores ao fim da prestação do serviço;
3. Retirada dos equipamentos da CONTRATADA das instalações do CRF-RJ garantindo que os locais sejam entregues nas mesmas condições físicas quando do início do contrato.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. A Entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#) e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.12. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#));

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#));

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.19. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.20. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.21. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.22. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.23. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.24. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.25. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7.1. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Apêndice II deste Termo de referência;

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Do recebimento

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.4. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#))

7.7. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.8. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.8.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.8.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.8.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.8.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.8.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades

7.9. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.10. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.10.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.10.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.10.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.10.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.10.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.11. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.12. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.13. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.14. Liquidação

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.16. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.17. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.17.1. o prazo de validade;

7.17.2. a data da emissão;

7.17.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.17.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.17.5. o valor a pagar; e

7.17.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.19. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.20. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.21. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.22. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.23. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.24. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.25. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.26. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

7.27. Forma de pagamento

7.28. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.29. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.29.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.30. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8.1. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

8.2. O serviço, objeto do presente contrato, será realizado por execução indireta por preço global, do tipo menor preço.

Exigências de habilitação

8.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União <https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

8.3.1. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos;

8.3.2. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada;

8.3.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos;

8.3.4. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

8.3.5. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.12. Ato de autorização para o exercício da atividade de Instalação, manutenção preventiva e corretiva deverá a empresa contratada ter os registro e as autorizações pertinentes à profissão se forem o caso;

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.24.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação;

LG = $\frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}$

$\frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$

SG = $\frac{\text{ATIVO TOTAL}}$

$\frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$

SG = $\frac{\text{ATIVO TOTAL}}$

$\frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$

8.24.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.24.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.24.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.25. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.27. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.28. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.29. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.30. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), em plena validade;

8.30.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.31. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.31.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.31.1.1. No mínimo, 50% (cinquenta por cento) do quantitativo exigido para esta contratação;

8.31.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.31.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.31.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.32. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.32.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.32.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.32.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.32.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.32.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.32.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.32.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 339.030,00

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 339.030,00 (trezentos e trinta e nove mil e trinta reais) conforme custos unitários apostos no ETP.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no PCA de 2025, bem como:

10.1.1. A nota de Pré-empenho 38/2025 do CRF-RJ, documento anexo ao ETP 10/2025 (anexo deste Termo de Referência).

11. Reajuste

11.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado [A1] da data do orçamento estimado, em 15/08/2025.

11.2. O índice utilizado para o reajuste será o IPCA.

12. Infrações e Sanções Administrativas

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

12.3. Multa:

12.3.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **1,0% (um por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até a data de entrega do item inadimplente.

12.3.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia:[A3]

12.3.4. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

12.3.5. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **5,0% (cinco por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

12.3.6. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **5,0% (cinco por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

12.3.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **0,1% (um décimo percentual)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

12.3.8. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **1,0% (um por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

12.3.9. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **0,1% (um décimo percentual)** a **5% (cinco por cento)** do valor da contratação.

12.4. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

12.5. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

12.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.8. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.9.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

12.9.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12.10. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.10.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.10.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.10.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.10.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

12.10.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

12.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.13. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

12.13.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.15. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOAO CASSIMIRO ARAUJO

Chefe do Departamento de Administração

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ETP_389455-000010-2025.pdf (138.31 KB)
- Anexo II - 2025.09.11 IMR (anexo II do TR).pdf (356.35 KB)